



Eles Podem Falar? A Experiência de Ser Protagonista

They Can To Speak? The Experience of Being Protagonist

Adriana Ferreira Pinto Alberto *

Célia Carvalho Nahas **

Jaqueline Cristina Salles ***

Roseane Figueiredo Linhares Melquiades ****

Resumo

O PAIR-BH (Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil do município de Belo Horizonte) desenvolveu ao longo dos últimos anos diferentes estratégias para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. O programa tem como objetivo integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho e tem a atuação em rede como princípio norteador das práticas. Neste trabalho será apresentada a experiência de oficinas do *Projeto Posso Falar? Jovens Garantindo seus direitos no Enfrentamento a Violência Sexual. Tais oficinas foram desenvolvidas com adolescentes das nove regionais de Belo Horizonte (respeitando a divisão administrativa do município) sobre a temática do protagonismo juvenil, dos direitos sexuais e do enfrentamento à violência sexual. As oficinas visavam promover um espaço de discussão com os adolescentes destacando a importância das ações de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes que poderiam ser desenvolvidas por eles mesmos, fomentando a participação e o protagonismo como potencializadores desta prevenção.*

Palavras chave: Violência sexual; Adolescente; Protagonismo.

Abstract

The PAIR-BH (Program of References and Integrated Actions to Combat Sexual Violence against children in Brazilian territory) developed over the last years different strategies to combat sexual violence against children and adolescents. The program aims to integrate policies for building a common agenda of work and has operations in the network as a guiding principle of the practices. This work presents the experience of workshops *Project Can Speak? Young Ensuring their rights in Confronting Sexual Violence. These workshops were developed with adolescents from nine regional Belo Horizonte (respecting the administrative division of the county) on the topic of youth leadership, sexual rights and combat sexual violence. The workshops aimed to promote a space for discussion with teens emphasizing the importance of prevention of sexual violence against children and adolescents that could be developed for themselves, encouraging participation and protagonism as boosters prevention.*

Keywords: Sexual Violence; Teen; Leadership.

Recebido em 12/11/2012 Aprovado em 30/11/2012

* Psicóloga, especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais Graduação –membro da equipe executiva do PAIR / BH (Programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes de Belo Horizonte).contato: adriana.alberto@yahoo.com.br

** Psicóloga, especialista em Psicopedagogia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais de Minas Gerais – CEPEMG, membro da equipe executiva do PAIR / BH (Programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes de Belo Horizonte).Contato: ccnvacas@yahoo.com.br

* *** Especialista em Gestão Estratégica, com ênfase em Gestão de Pessoas, pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenadora da equipe executiva do PAIR / BH (Programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes de Belo Horizonte). contato: jaquelinesalles@gmail.com

**** Especialista em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes – Universidade Cruzeiro do Sul- São Paulo, Graduação, membro da equipe executiva do PAIR / BH (Programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes de Belo Horizonte). contato: roseanelinhares@hotmail.com

Introdução

Entre os principais obstáculos ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo Eva Faleiros (2000), encontra-se o silêncio que encobre o fenômeno, principalmente no âmbito familiar e doméstico. A autora afirma que, além de estudos e pesquisas sobre a temática, precisamos construir e fortalecer redes de apoio e de proteção às crianças e aos adolescentes contra a violência sexual. Levando em conta esse contexto e em consonância com um dos seis eixos do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e do Plano Operativo Local do PAIR-BH, o Projeto “Posso Falar? Jovens garantindo seus direitos no enfrentamento a violência sexual” vem apostando no protagonismo de adolescentes como potencialmente articulador de uma grande rede de mobilização entre seus pares, uma rede de defesa e denúncia, com importância estratégica para efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Considerando que o novo paradigma proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) os concebe como sujeitos: “Crianças e adolescentes devem ser incluídos no sistema de vida de uma sociedade, (...) pelo fato relevante de que efetivamente são cidadãos e, por conseguinte, são *sujeitos de direitos e deveres*”, (SEDA *apud* CONTINI, 2003, p. 298 – grifo do autor), e ainda acreditando que adolescentes devem ser compreendidos como quem têm vontade própria e que por meio das suas relações sociais vão progressivamente se revelando e construindo seu sentimento pessoal do mundo, ou seja, se constituindo como sujeitos autônomos (CONTINI, 2003), foi criada a proposta de oficinas com adolescentes. Com o objetivo de formá-los nas questões relativas à temática da violência sexual, e assim como incentivá-los a se tornarem protagonistas de seus direitos.

Refletindo sobre o processo vivenciado, percebemos que este foi focado no “ser protagonista”, na compreensão discutida por Ferretti et al (2004), do envolvimento de adolescentes e jovens em seu contexto social, escolar, familiar e político, e de uma proposta de trabalhar junto a eles a importância de serem autônomos, solidários e, principalmente, participativos, no que diz respeito à garantia e efetivação de seu próprio direito.

Sob essa perspectiva, nos pautamos no conceito de protagonismo juvenil, que, para Costa (2007), preenche uma lacuna teórico-prática nesse campo de atuação. Para

esse autor, o termo “protagonismo” quer dizer lutador principal, personagem principal, autor principal. Neste sentido, para que uma ação seja protagônica o adolescente deve ser o ator principal no processo de seu desenvolvimento, ampliando seu repertório interativo e aumentando sua capacidade de intervir de forma ativa nos contextos dos quais faz parte.

Ainda de acordo com Costa (2007), para que se obtenha o protagonismo é preciso mudar nossa maneira de entender os adolescentes e de agir em relação a eles, pois os mesmos devem ser vistos como solução e não como problema (como geralmente são nomeados).

Corroborando esta afirmação há o apontamento trazido pelos autores Escámez e Gil (*apud* Ferretti *et al* 2004) de que o protagonismo infantojuvenil diz de uma formação cidadã de jovens e adolescentes para a vida em sociedade, e vale ressaltar a defesa apresentada por Costa, citado por Ferretti (2001) na qual afirma que,

A proposta de protagonismo juvenil com que trabalhamos (...) pressupõe um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações. Esse relacionamento baseia-se na não imposição a priori aos jovens de um ideário em função do qual eles deveriam atuar no contexto social. Ao contrário, a partir das regras básicas do convívio democrático [demarcado pela cidadania assentada no diálogo], o jovem vai atuar, para em algum momento de seu futuro posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em idéias, mas, principalmente, em suas experiências e vivências concretas em face da realidade. (p.26).

Desse modo, nos processos em que os adolescentes são os protagonistas, eles surgem como a fonte de iniciativas; deles é que partem as ações, pois passam a ter liberdade. Suas ações são pautadas em suas decisões e, principalmente, passam a ter um compromisso real, pois, assim, respondem de fato por seus atos.

Sob esse aspecto, é importante ressaltar que nossa leitura e nosso fazer com os adolescentes partiram do princípio da construção coletiva, do reconhecimento de que crianças e adolescentes têm muito a dizer sobre si mesmos e sobre a forma como compreendem e se relacionam com o mundo e seus pares, em suas comunidades, na escola, na família. Corroborando esta ideia, Neto (2010) aponta que, para garantir os direitos humanos precisamos caminhar na direção cultural de emancipação das crianças e dos adolescentes, suas famílias e comunidades, pois assim, estaremos contribuindo para a desconstrução dos símbolos que estigmatizam esse segmento da população, que sempre foi analisada por uma premissa adultocêntrica.

1. A construção das oficinas

A construção das oficinas foi realizada pela equipe de assessoria executiva do PAIR-BH e do Grupo de Trabalho de protagonismo juvenil. Esse grupo trabalhou durante dois meses na adequação da proposta metodológica das oficinas, especialmente nas dinâmicas de cada dia de trabalho, na proposição dos encontros regionais e no encontro municipal de protagonismo, além da definição de conteúdos, levando sempre em consideração a importância de se garantir dinâmicas que propiciassem a participação dos adolescentes, que oferecessem a eles a oportunidade de expressarem suas opiniões e considerações durante todo o processo.

Essas discussões foram desenvolvidas a partir da experiência da equipe do PAIR na temática e na participação dos componentes desse grupo de trabalho com o tema. Outra tarefa do grupo foi eleger os diversos materiais necessários às oficinas, o número de adolescentes por grupo, o tempo de duração da oficina e quais dinâmicas seriam apropriadas para se atingir o objetivo.

A oficina foi então estruturada no trabalho com grupos em torno de uma questão central para ser refletida, em que se buscasse a elaboração, envolvendo os sujeitos de maneira integral: seus sentimentos, suas formas de pensar e agir. Vale ressaltar que a informação e o processo reflexivo visam trabalhar com os significados afetivos e as vivências pessoais em relação ao tema discutido, além da apropriação dos conteúdos apresentados. Entende-se que os participantes do grupo são sujeitos sociais, cujas formas de compreender o mundo e a si mesmos são construídas em interação e comunicação social. O que se pretendeu, foi potencializar essas interações para que gerassem as mudanças de perspectivas, comportamentos e atitudes dos sujeitos envolvidos, no que se refere à sua compreensão e participação na defesa de seus direitos.

A proposição das oficinas ficou sob responsabilidade da equipe executiva do PAIR em parceria com as Comissões Operativas Locais Regionais (COL R). A equipe realizou a seleção e contratação de oficinairos que conduziam as oficinas junto aos adolescentes com o acompanhamento de um técnico da equipe.

Realizadas no segundo semestre de 2011, as oficinas tinham início na primeira semana do mês, com a previsão de término ao final de quatro semanas. Eram

compostas de quatro encontros com a duração de quatro horas cada um, e disponibilizavam 30 vagas para adolescentes de 14 a 18 anos. Não houve nenhum impedimento para participação dos adolescentes de 12 e 13 anos, o corte de idade foi apenas visando uma melhor interação entre os participantes.

Uma das atividades propostas pelo Grupo de Trabalho foi à inclusão de um plano de ação individual, e um de plano de ação coletivo, no qual os adolescentes pudessem planejar ações para trabalhar a prevenção à violência sexual.

A dinâmica da oficina privilegiava a construção dos conceitos de direitos sexuais, violência sexual (entremeada pelas relações de gênero) e protagonismo juvenil pelos adolescentes, através da elaboração de propostas de atividades que discutissem o tema com a comunidade escolar e/ou do entorno da escola ou espaço no qual a oficina foi realizada (preferencialmente, mas não exclusivamente). Durante a oficina, era exibido o vídeo “Segredos bem guardados”¹ e, a partir deste, os conceitos eram construídos em debate, culminando na elaboração de propostas, através dos planos de ações.

Já as ações elaboradas pelos adolescentes no plano de ação coletivo deveriam ser executadas em um período pré-determinado pelo grupo, potencializando o impacto da oficina na entidade, durante o decorrer do ano, e envolvendo um número maior de pessoas. Importante ressaltar, que a elaboração dos planos de ação ocorreram quase sempre na terceira ou quarta semana de oficina e esse momento também contava com a participação doicineiro e da técnica da equipe de assessoria, que auxiliavam e discutiam a viabilidade das ações com os adolescentes.

O plano de ação coletivo foi uma ferramenta utilizada para potencializar a atividade desenvolvida e objetivou tornar pública a capacidade dos adolescentes de realizar ações de mobilização e prevenção à violência sexual, além de despertar a participação deles como multiplicadores, visando, assim, uma atuação preventiva, especialmente entre seus pares. Já o plano individual teve foco na postura do adolescente frente às ações de enfrentamento, valorizando a importância da

¹ Curta metragem desenvolvida por adolescentes sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Foi produzido em 2006 pelo Grupo de Trabalho de Protagonismo do PAIR-BH, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

participação, fortalecendo o papel protagonista de cada um em todos os momentos de sua vida.

Convictos da importância da autonomia e da participação dos adolescentes nos espaços sociais e atentos à orientação do Plano Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH3)¹ de apoiar iniciativas comunitárias de mobilização de crianças e adolescentes em estratégias preventivas, com vistas a minimizar sua vulnerabilidade em contextos de violência, os adolescentes foram motivados e provocados a elaborar estes planos de ação, individuais e coletivos, ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Por meio da elaboração dos planos, os adolescentes foram percebendo a importância de sua participação nessa discussão, o cuidado e o respeito que se deve ter ao trabalhar com uma temática delicada como a da violência sexual. Puderam vivenciar a participação democrática nos momentos de eleição dos adolescentes e dos manejos necessários à execução das ações por eles propostas, que aconteceram dentro de escolas, nas ruas, em quadras esportivas, dentre outros locais. Ou seja, vivenciaram uma ação cidadã, e ainda aprenderam a ouvir, falar e ser respeitados enquanto adolescentes. Puderam ir para a rua e mostrar sua capacidade individual refletida na consistência do grupo; ir para uma reunião com o diretor da escola e defender a importância de que todos os estudantes participassem das oficinas; puderam rever conceitos e estigmas sobre o ser explorado, ampliando os horizontes de ser estudante.

Essa vivência atende a orientação do PNDH 3² sobre a importância de se estimular atividades que garantam a informação às crianças e aos adolescentes sobre seus direitos, por meio de esforços na escola, na mídia impressa, na televisão, no rádio e na Internet, além de reconhecer que o protagonismo e o conhecimento sobre o desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, respeitando a idade, é fator de proteção e empoderamento das mesmas contra a exploração sexual.

¹ Segundo a Diretriz 8: Promoção do direito de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação, através do objetivo estratégico III de Proteger e defender os direitos de crianças e adolescentes com maior vulnerabilidade.

² Segundo a Diretriz 8: Promoção do direito de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação, através do objetivo estratégico II: Consolidar o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, com o fortalecimento do papel do Conselho Tutelar e de Direitos

Como parte do processo das oficinas, foi proposta a realização de um encontro regional dos jovens protagonistas, logo após o término das oficinas, na quinta semana. Tal encontro teve o objetivo de ampliar a discussão sobre protagonismo na regional e mobilizar os adolescentes que não haviam participado ainda dessa discussão. Para isso, contava-se com os adolescentes participantes das oficinas e mais 20 adolescentes convidados, participantes de entidades da rede de cada regional. Como Belo Horizonte é dividida em nove regionais, optamos por realizar as oficinas simultaneamente em três regionais a cada mês, visto que em novembro teríamos que realizar o encontro municipal, com cinco adolescentes eleitos de cada processo das oficinas, nas regionais. Ao final do semestre, com uma média de 20 adolescentes por oficina, foram envolvidos 218 adolescentes de todas as regionais participantes das oficinas de protagonismo.

Grande parte desse processo foi realizado no contra-turno escolar dos adolescentes, no período diurno, com adolescentes do segundo ou terceiro ciclo. Em apenas uma escola as oficinas foram realizadas no período noturno, com alunos que estudavam durante o dia e alunos que estavam em horário escolar, mas que haviam sido liberados e incentivados pela coordenação pedagógica a participarem das oficinas. Essa escola, situada em uma vila com grande risco e alto índice de vulnerabilidade social, tinha a compreensão da importância de que essa discussão fosse inserida no cotidiano dos alunos, especialmente por tratar-se de estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos) em defasagem escolar e com história de vida permeada por conflitos familiares e violência.

Com esse projeto, pudemos observar a capacidade dos adolescentes – que, mesmo “em desenvolvimento”, – tem de se expressar e de fazer críticas relevantes, se posicionando enquanto sujeitos, com desejo explícito de serem os protagonistas naquilo que a eles é destinado.

Nessa experiência, desde a construção da metodologia das oficinas, dos encontros e nas avaliações (revisões) junto aos oficinairos, tivemos, a todo tempo, que refletir de que maneira poderíamos viabilizar uma aproximação respeitosa e horizontal com os adolescentes. Uma aproximação que revelava a relação entre os adolescentes, os jovens oficinairos, os técnicos e as Comissões Operativas Locais Regionais (adultos), de forma que esses conseguissem interagir, compartilhar saberes, responsabilidades e compromissos, superando as “relações assimétricas”, para que, enfim, os adolescentes pudessem ser protagonistas.

Como se pode observar nas discussões apontadas no 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é apontado à necessidade de mobilizar comunidades, incluindo crianças e adolescentes, com o propósito de engajá-las em diálogo e revisão crítica de normas e práticas sociais e condições socioeconômicas que tornam as crianças vulneráveis a violência e estabelecer procedimentos que as envolvam no desenvolvimento de estratégias e programas no âmbito dos quais participem, quando oportuno, no planejamento, implementação e monitoramento de tais programas. (2008.)

Não é uma tarefa simples, pois exige dedicação e abertura institucional e subjetiva, ou seja, depende da mobilização pessoal, da vontade e disponibilidade para reconhecer que as práticas sociais muitas vezes reforçam estigmas e preconceitos sobre o ser adolescente e suas potencialidades e possibilidades.

Entretanto, para atingir os objetivos propostos, corroborando a ideia de Araújo e Pimentel (2007), apostamos na ruptura com as representações que desqualificam a todo o tempo o adolescente na nossa sociedade.

A partir disto, promovemos uma valorização nas suas potencialidades dos jovens, claramente percebidas em suas intervenções durante as oficinas e nas ações por eles propostas e desenvolvidas, participando efetivamente da constituição da história de seus grupos, na defesa dos seus direitos, sendo, assim, considerados a todo tempo sujeitos.

Lembramos que nessa ação e reflexão, a categoria sujeito aponta para o aspecto interativo, nesse sentido “relaciona com os outros nos contextos sociais em que está inserido, vivencia emoções, toma decisões e constrói representações da realidade” (MARTÍNEZ, 2003, p. 147).

Contini (2003) afirma que é pelas relações que estabelecemos em nossa história que temos a possibilidade de nos integrarmos nas relações sociais, e é por meio delas que nos reconhecemos como sujeitos.

Motivados pela convicção de que adolescentes são sujeitos de direitos, pudemos experimentar em 2011 uma forma de potencializar a vivência desses adolescentes enquanto protagonistas no enfrentamento à violência sexual. Ao final das oficinas foram eleitos dois adolescentes de cada regional para compor a Comissão Operativa Local de sua regional, comissões essas que têm como objetivo mobilizar e articular atores de

atuação regionalizada e a sociedade civil como um todo no enfrentamento da violência sexual. Eles compõem hoje o referido grupo de trabalho de protagonismo, para pensar a continuidade das ações voltadas ao público adolescente e à mobilização dos seus pares, tendo como base de atuação todo o município de Belo Horizonte.

Além do grupo de trabalho, motivados pela participação nas oficinas de protagonismo, muitos adolescentes participaram em 2011 das Conferências Livres da Criança e do Adolescente, das Pré Conferências Regionais e da Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescente, além de passarem a integrar diversos espaços que discutem a temática nos níveis municipal e estadual, como por exemplo, a Rede de Adolescentes do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual do Estado de Minas Gerais - FEVCAMG.

Entre os desafios para a consistência e continuidade desse trabalho, há, especialmente, a participação dos adolescentes nas Comissões Operativas Locais Regionais: concretizar a participação de maneira respeitosa e efetiva como membros do protagonismo juvenil do PAIR-BH. Ou seja, para que as ações não se tornem um mero ativismo social ou ainda, uma simples adaptação às perversas condições da atual ordem socioeconômica, como aponta Ferretti outros (2004), e ainda garantir que esta vivência se torne, na prática, fator de proteção para os adolescentes e as crianças.

Essa tarefa constitui-se em um desafio para o Grupo de Trabalho de Protagonismo Juvenil. Afinal, como nos alerta Neto (2010), no Brasil, ainda temos dificuldades em envolver nos processos e espaços públicos participativos, crianças e adolescentes. E esses, durante todo o processo, nos fizeram demandas explícitas de efetivamente participarem desses espaços criados para dizer deles, e não preparados para ouvi-los e dizer com eles.

Referências

AMORIM, Sandra Maria Francisco; CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; MEZA, Eduardo Ramirez (Org.). **Avaliação do processo de implantação do PAIR**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

ARAÚJO, Lucivaldo da Silva; PIMENTEL, Adelma. Concepção de criança na pós-modernidade. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v.27, n. 2, jun. 2007. Disponível em <[HTTP://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php)>. Acesso em: 20 set. 2008.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: Uma Política em Movimento. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2007.

BRASIL. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **18 de maio/Caderno Temático: Direitos Sexuais são Direitos Humanos** (Coletânea de Textos). Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2007.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. Psicologia e as construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003.

COSTA, Antônio Gomes. **O adolescente como protagonista**. São Paulo: BIREME – OPAS – OMS, 2007. Disponível em: <http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/cadernos/capitulo/cap07/cap07.htm>

CUNHA, Edite da Penha. (Org.) **Caderno do Agente: enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte. Ed. PROEX, 2009.

CUNHA, Edite da Penha (Org.); **Caderno do formador: enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte. Ed. PROEX, 2009.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FERRETTI Celso J, Zibas Dagmar M. L. Tartuce Gisela Lobo B. P. Protagonismo Juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, maio/ago. 2004.

MALLAK, Linda Simone; VASCONCELOS, Maria Gorete O. M. **Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar**. Carapicuíba: Ed. Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003.

UNGARETTI, Maria América (org.). Crianças e Adolescentes: direitos Sexualidade e Reprodução. São Paulo, SP: Ed. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – 2010.

